

## RESPOSTA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REPRESENTAÇÃO : TCE Nº. 1101701

Ofício N.º : 10556/2021

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Substituto Telmo Passareli da 2ª. Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**VALÉRIA MENDES FIDELIS LISBOA**, brasileira, casada, servidora pública municipal, domiciliado e residente a Rua Alice Oliveira Coutinho, nº. 157, Bairro Centro em Santo Antônio do Amparo/MG, inscrito no CPF sob n.º 04298875660, RG 10707056, vem respeitosamente à presença de V. Exa. nos autos do Processo n.º TCE 1101701, dessa Egrégia 2ª Câmara, em atendimento ao disposto no OFÍCIO N.º 10556/2021, de 23 de junho de 2021, para apresentar justificativas em relação aos fatos descritos no REPRESENTAÇÃO proposta pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, o que faz da forma que se segue:

### DOS FATOS:

A representação foi formulada pela Ilustre **PROCURADORA Dra. SARA MEINBERG DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL**, pois recebeu a Notícia de Irregularidade nº 561/2019, referente à contratação da empresa CSM – Central de Software Municipal Ltda. pelo Poder Executivo do Município de Santo Antônio do Amparo.

A referida contratação ocorreu por meio do Procedimento Licitatório nº 15/2017 – Pregão Presencial nº 03/2017, cujo objeto consistiu no fornecimento de sistemas informatizados de gestão pública, inclusos a cessão de direito de uso, a instalação, a implantação, o treinamento, a customização, a migração, a adequação, o suporte técnico, a atualização tecnológica e a assistência técnica.

Pois, a Secretária de Administração do Município de Santo Antônio do Amparo, Sr<sup>a</sup>. Cristina Lúcia Lage Dutra Pitchon Ferreira, por meio da Requisição subscrita em 23 de janeiro de 2017, solicitou ao responsável pelo Setor de Compras, Sr. Fábio Resende Borges, providências para a “Locação de Sistemas de Software Integrados de Gestão Pública para manutenção das atividades dos diversos setores da Administração Municipal” (fl. 01 do Anexo 1)

Que a Secretária Municipal encaminhou o documento denominado “Especificações Técnicas dos Serviços” e informou que o valor da contratação pretendida foi estimado em R\$ 480.300,00 (quatrocentos e oitenta mil e trezentos reais), pelo período de 12 (doze) meses.

Que o Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo autorizou a autuação do Procedimento Licitatório nº 15/2017, Pregão Presencial nº 03/2017, em 25 de janeiro de 2017 (fl. 83 do Anexo 1).

Que a minuta do edital e seus anexos foram encaminhados, em 26 de janeiro de 2017, à Assessoria Jurídica, que emitiu seu parecer jurídico na mesma data (fl. 91/192 do Anexo 1 e fl. 01/16 do Anexo 2).

Que o Aviso de Licitação foi publicado, no quadro de avisos da Prefeitura, em 30 de janeiro de 2017, e no jornal “Minas Gerais”, em 31 de janeiro de 2017 (fl. 132 do Anexo 2).

Que a sessão de abertura e julgamento das propostas ocorreu em 17 de fevereiro, com o comparecimento de duas empresas interessadas (fl. 02/04 do Anexo 3).

Após a disputa de lances, a empresa Diretriz Informática Eireli foi classificada pelo menor preço, negociado no valor de R\$ 359.758,00 (sete mil e oitocentos reais).

Que Uma comissão especial foi nomeada para avaliação dos sistemas apresentados pelos licitantes, por meio da Portaria nº 5.330/2017, em 21 de fevereiro de 2017, conforme disposto na Parte 1 – Implantação de Programas, item 4, do Termo de Referência (fl.170/171 do Anexo 2).

Que a demonstração do software pela empresa Diretriz ocorreu em 23 de fevereiro de 2017 (fl. 165/166 do Anexo 3).

Que no intervalo da apresentação, a citada empresa comunicou, por escrito, o encerramento de sua participação no certame licitatório, bem como as razões da decisão (fl. 172/175 do Anexo 2).

Que as questões levantadas pela empresa Diretriz Informática Eireli foram analisadas pelos membros da comissão especial em 02 de março de 2017 (fl. 180/181 do Anexo 2).

Que constam da ata da sessão de 03 de março de 2017: a desclassificação da empresa Diretriz por não atender aos requisitos do edital; e a convocação da CSM, segunda classificada no certame (fl. 167 do Anexo 3).

Que a reabertura da fase de lances e habilitação assim como a demonstração dos sistemas pela licitante ocorreram em sessões distintas, na data de 13 de março de 2017 (fl. 168/169 do Anexo 3).

Que o Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo homologou o resultado do Procedimento Licitatório nº 15/2017 em favor da CSM Central de Software Municipal Ltda., no dia 17 de março de 2017 (fl. 51 do Anexo 4).

Que o Contrato nº 77/2017, no valor de R\$ 428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais), com vigência de 12 meses, e o Termo Aditivo nº 01/2017, que alterou a redação da cláusula segunda do instrumento original, foram celebrados em 03 de abril de 2017 (fl. 52/56 e 58/59 do Anexo 4).

Que o Termo Aditivo nº 01/2018, que prorrogou o prazo de vigência por mais doze meses (período de 03/04/2018 a 02/04/2019), foi celebrado em 02 de abril de 2018 (fl. 69 do Anexo 4).

Que os extratos do Contrato e do Termo Aditivo nº 01/2018 foram publicados no quadro de avisos da Prefeitura respectivamente em 03 de abril de 2017 e 03 de abril de 2018.

Que o Termo de Rescisão Bilateral do Contrato nº 77/2017 foi assinado em 29 de outubro de 2018 (fl. 72/73 do Anexo 4).

Que a ADPM foi contratada para a prestação de serviços pelo valor total de R\$ 134.940,00 (Contrato nº 02/2015), pelo período de 12 meses, prorrogados, sem reajuste dos valores iniciais, por meio de dois termos aditivos, com vigência até 31 de março de 2017 .

Que com relação ao Procedimento Licitatório nº 15/2017, a estimativa de valor para a execução dos serviços, pelo mesmo período de 12 meses, foi de R\$ 480.300,00 (quatrocentos e oitenta mil e trezentos reais), ou seja, percebe-se uma diferença a maior de, aproximadamente, 356% em relação à Inexigibilidade nº 139/2014, isto demonstrado pela denuncia.

Que a gritante distinção entre os objetos dos procedimentos licitatórios realizados em 2014 e 2017, bem como a expressiva diferença entre os valores estimados para a contratações demonstram que a Administração Municipal de Santo Antônio do Amparo decidiu pela assunção de um novo e maior encargo a ser suportado pelo erário, sem observar a necessária justificativa exigida pela norma, não podendo recair sobre a denunciada que jamais foi ordenadora de despesas.

Que o prazo máximo para a conversão dos dados, implantação e treinamento seria de 90 (noventa dias), contado a partir da assinatura do instrumento (03 de abril de 2017), nos termos da Cláusula 3ª, item 3.1.1 do Contrato nº 077/2017.

Que após a prorrogação do prazo de vigência do contrato para mais 12 meses, até 02 de abril de 2019, o contrato não chegou ao seu termo, tendo em vista a assinatura do Termo de Rescisão Bilateral do Contrato nº 77/2017, em 28 de outubro de 2018 (fl. 72/73 do Anexo 4).

Que passaremos a demonstrar as inconsistências verificadas no exame das avaliações realizadas, bem como na composição da “Comissão especial para avaliação de software de sistemas integrados de gestão pública”.

Que o quanto à composição da comissão, de acordo com a referida Portaria nº 5.330, de 21 de fevereiro de 2017, foram nomeados dez membros, entre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão, de recrutamento amplo ou restrito, do quadro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, sendo que quatro servidores ingressaram no

Órgão no início da gestão do Prefeito eleito, em janeiro de 2017 (fl. 01/05 e 07 do Anexo 5).

São eles: Servidor Data de ingresso Cargo Portaria nº Anne Felix Guimarães 05/01/2017 Diretor de Contabilidade 5.292/2017, Fábio Resende Borges 01/01/2017 06/01/2017 Chefe de Divisão de Contratos, Convênios e Licitação. Diretor Administrativo 5.208/2017 5.252/2017 Romerito Diniz Oliveira 01/01/2017 14/03/2017 Diretor de Apoio à Controladoria Secretário Municipal de Fazenda 5.212/2017 5.338/2017 Etnon Júlio Inhota 16/01/2017 Chefe de Seção de Patrimônio 5.275/2017 92. Os demais servidores já pertencentes anteriormente aos quadros da Prefeitura são: Servidor Cargo\* Leonardo Afonso Cortes Assessor Jurídico, Elaine Castro Bolcato Diretora de Movimentação de Pessoal e Recursos Humanos, Soraia do Carmo Bolcato Chefe de Divisão de Contratos, Convênios e Licitação. Vanessa Alves Andrade Avelar Auxiliar Administrativo, Helton de Pádua Melo Técnico em informática, Valéria Mendes Fidelis Lisboa Diretora de Cadastro e Tributação.

#### **DA REALIDADE DOS FATOS:**

**A Representada** Valéria Mendes Fidelis Lisboa, na qualidade de usuária do Sistema de Arrecadação que vincula arrecadação do Município, em nenhum momento participou e nem tão pouco tomou conhecimento do procedimento licitatório do Sistema do qual é alvo de procedimento de apuração desta Eg. Casa.

Não obstante insta salientar que a Representada não tinha conhecimento, não tinha gerência de agir sobre essa licitação e nem mesmo atuar na licitação, que em momento algum emitiu parecer sobre o sistema do vencedora do Certame Diretriz Informática Eireli, foi classificada pelo menor preço, conforme relata o Ministério Público do TCEMG.

A Representada também não tomou conhecimento da ata do certame, por consequência não sabendo do primeiro e nem do segundo colocado e nem valores de contrato.

Portanto, a Empresa ADPM que estava prestando serviço à época atendida em todas as especificações nos serviços de cadastro, tributos e arrecadação.

Com relação a Empresa Diretriz Informática Eireli, a Representada nunca ouviu falar da mesma nem sequer sabia que existia, antes da chegada do recebimento do Ofício nº. 10556/2021, portanto não emitiu nenhum relatório ou parecer de serviços ou sistema da referida Empresa.

Com relação à Portaria nº. 5.330/2017, da qual nomeou a Representada, jamais havia lido e tomado conhecimento da mesma sendo que ela foi mencionada num relatório tão somente o número, não sabendo que tratava.

E que a ATA DA SESSÃO diz respeito a apresentação do Sistema que estava sendo Contratado para prestar serviço para o Município.

Que logo quando começou ser utilizada nos serviços diários da implantação do Sistema a Representada notificou por várias vezes a, a Empresa CSM por email's chamadas técnicas, inclusive fez um relatório para o Secretario da Administração notificando sobre falhas de sistemas, erros e dificuldades no manuseio do Sistema, do qual foi protocolado, conforme anexo.

Sendo assim, a Representada em nenhum momento expressou qualquer opinião com relação ao Certame, sendo que a mesma nem tinha conhecimento do andamento do referido Processo Licitatório.

Por oportuno, a Representada somente participou da apresentação do sistema no seu Setor de Trabalho, isso não significa que a mesma teve qualquer interferência no Processo Licitatório.

## **DO PEDIDO**

Por tudo que aqui ficou esclarecido, a Representada **VALÉRIA MENDES FIDELIS LISBOA**, requer de V.Exa., a retirada do rol de Representada/Denunciada por medida de direitos.

Nesses Termos

Requer Deferimento

Santo Antonio do Amparo, MG, 18 de agosto de 2021

Ewerton Borges

OAB/MG 92463